



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Durante os vinte anos que se seguiram ao estabelecimento da RAEM, o Governo tem investido avultados montantes do erário público em projectos e obras de grande envergadura, tais como o metro ligeiro, a Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental de Macau e a Exposição de Produtos e Serviços dos Países de Língua Portuguesa, e a população tem sempre considerado que o Governo está a desperdiçar erário público, pois esses projectos e obras não são rentáveis.

Exemplo disso é o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong-Macau (doravante designado por Parque), no qual **o Governo investiu cerca de 6 mil milhões de patacas**. No entanto, o Parque apresenta muitos problemas. Em 23 de Julho de 2018, apresentámos uma interpelação escrita sobre os problemas nesse Parque, exigindo ao Governo uma resposta pública sobre **a formação de talentos e sobre como foi utilizado o montante investido no Parque**. Entretanto, na sua resposta de 13 de Setembro de 2018, a Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A. afirma o seguinte: **“pelo que, actualmente, se estima que possam ser criados cerca de 3000 postos de trabalho bem como formados entre 500 e 600 trabalhadores especializados”**.

É de salientar que, segundo sabemos, em 2018, trabalhavam no Parque



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

apenas 11 residentes, e em 2020, são cerca de 20, números muito inferiores aos indicados na resposta do Governo. E mais, registam-se muitos problemas internos no Parque, por exemplo, os residentes que lá trabalham estão a sujeitos à lei laboral da China e não à de Macau, por isso, não têm meios para pedir ajuda quando se deparam com problemas; não existe um regime de promoção aperfeiçoado para os residentes de Macau, e os residentes do Interior da China têm mais oportunidades de promoção; a distribuição de tarefas é injusta; os residentes de Macau têm de pagar impostos nos termos do regime fiscal do Interior da China, etc. O Governo investiu 6 mil milhões de patacas no Parque, o qual, contudo, não deu qualquer contributo para a formação de talentos locais, por isso, não passa de um truque para atrair a atenção do público.

Além disso, o mais intrigante é que, depois de ter obtido do Governo um avultado montante (cerca de 6 mil milhões) do erário público, o Parque não registou qualquer avanço na investigação e desenvolvimento da medicina tradicional chinesa, e muitos dos seus projectos foram adjudicados a vários tipos de empresas externas, e, além disso, está muito atrasado no âmbito da investigação e desenvolvimento, pois são poucos os projectos que foram concluídos por si. E mais ainda, o Parque despendeu mais nas obras do que nos projectos de investigação e desenvolvimento de medicina chinesa, o que leva as pessoas a duvidar do destino do financiamento obtido, e se existe conluio de interesses. É de enfatizar, especialmente, que, em 13 de Setembro de 2018, na resposta à nossa interpelação escrita, a Macau Investimento e



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Desenvolvimento, S.A. **foge à questão de como foi utilizado o montante investido no Parque, e não respondeu de forma directa sobre o destino do montante investido, limitando-se apenas a indicar alguns regulamentos e regimes.**

Assim sendo, interpelo o Governo e solicito respostas completas, oportunas, claras, precisas e coerentes, em relação ao seguinte:

1. Na resposta a uma interpelação escrita minha, a Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A. salienta que o Parque visa propiciar "**aos respectivos profissionais e jovens talentos, incluindo os de Macau, maiores opções e margem de desenvolvimento, em termos da carreira profissional**". No entanto, desde a sua entrada em funcionamento, o Parque recrutou apenas 20 residentes de Macau, e estes não estão sujeitos à lei laboral de Macau. Entretanto, o Governo investiu cerca de 6 mil milhões no Parque, mas não se preocupa com os residentes que trabalham lá. O Governo deve tomar medidas destinadas aos residentes que trabalham no Parque, tais como, "regime fiscal de Macau aplicável às suas gentes", "residentes de Macau sujeitos à lei laboral de Macau" e "as gentes de Macau remuneradas de acordo com padrões de Macau", para que os mesmos sejam protegidos, gozem dos direitos definidos na lei laboral de Macau e tenham as mesmas oportunidades de promoção, com vista à formação de talentos locais. O Governo vai fazê-lo?
2. Como é que o Parque utilizou os 6 mil milhões do Governo? O Parque deve divulgar qual foi o destino deste montante do erário público, por exemplo,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

em que projectos de investigação e desenvolvimento é que o Parque investiu, que projectos foram adjudicados, e quais são as despesas com as obras, etc., bem como as respectivas percentagens. Vai fazê-lo? O Parque dispõe de algum plano sobre os 6 mil milhões investidos pelo Governo? Em caso afirmativo, deve divulgá-lo, para a população ficar a par do rumo de desenvolvimento do Parque e do destino que é dado ao erário público. Vai fazê-lo?

3. O Governo investiu 6 mil milhões no Parque, então, qual foi o respectivo rendimento anual do Parque? Quais são as suas principais fontes de receitas? Foi alguma vez financiado por fundos e incumbido de realizar projectos de investigação e desenvolvimento científico, e teve receitas das rendas? Quais são as percentagens desses rendimentos? Qual é a proporção entre os rendimentos e as despesas dos anos anteriores?

10 de Julho de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
José Maria Pereira Coutinho**